



TESOURO NACIONAL

2024
Novembro

RREO em Foco da União

Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União



Ministro da Fazenda

Fernando Haddad

Secretário Executivo do Ministério da Fazenda

Dario Carnevalli Durigan

Secretário do Tesouro Nacional

Rogério Ceron de Oliveira

Secretária Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretário de Administração Financeira Federal (SUAFI)

Marcelo Pereira de Amorim

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal (SUPEF)

Davi Rebelo Athayde

Subsecretário de Gestão Fiscal (SUGEF)

Rafael Rezende Brigolini

Subsecretário da Dívida Pública (SUDIP)

Otavio Ladeira de Medeiros

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais (SURIN)

Suzana Teixeira Braga

Subsecretária de Assuntos Corporativos (SUCOP)

Maria Betania Gonçalves Xavier

Subsecretário de Contabilidade Pública (SUCON)

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Coordenador-Geral de Contabilidade da União

Luciano Moura Castro do Nascimento

Coordenador de Informações Contábeis e Fiscais da União

Renato da Costa Usier

Gerente de Informações Contábeis

Diego Rodrigo Lopes Batista Rocha

Equipe Técnica

André Luiz Santana Ferrari

Henrique Guilherme do Amaral Santos

Marcelo Ferreira Guerra

Sandro Alex Bezerra Vieira

**Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional
Arte**

Hugo Pullen

Informações

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

E-mail: ascom@tesouro.gov.brDisponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Sumário

Anexo 3

Port. STN 699/2023

Receita Corrente Líquida

Anexo 4

Port. STN 699/2023

Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Anexo 7

Port. STN 699/2023

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Anexo 8

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo 12

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Tabela 1

Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo

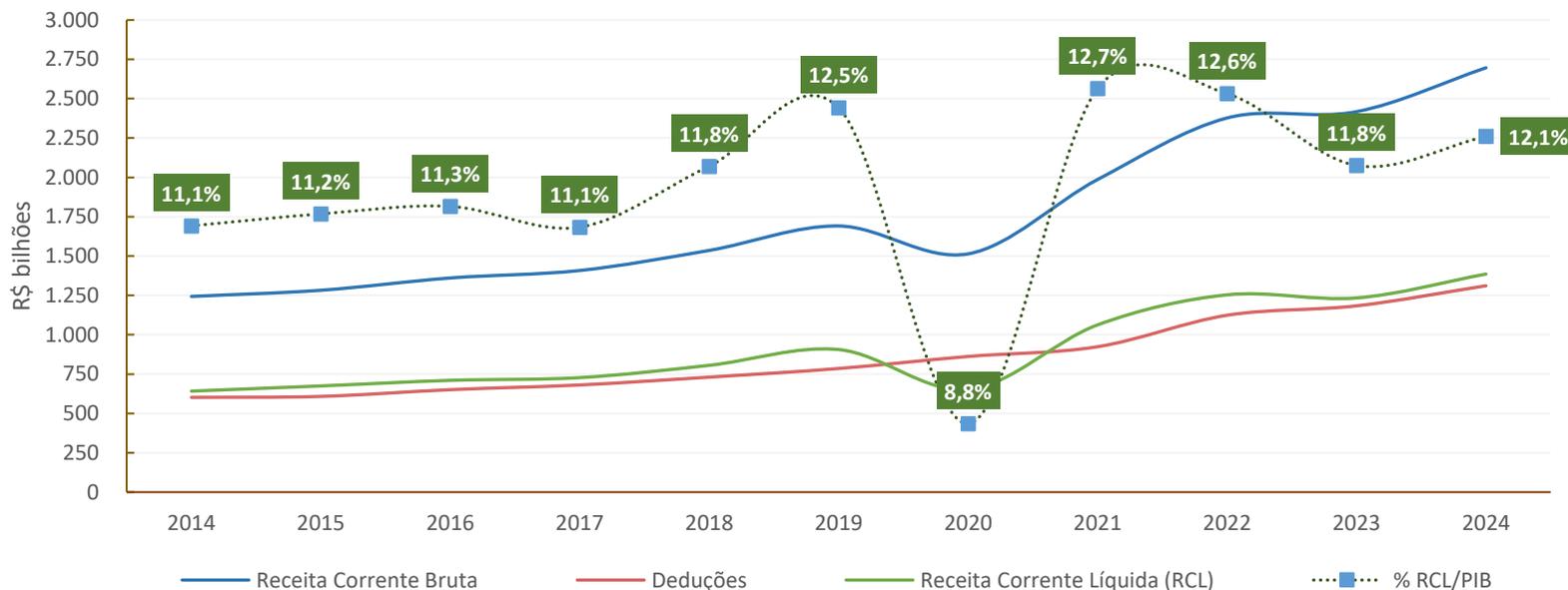
Anexo 3

Port. STN 699/2023

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R\$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Corrente Bruta	1.243	1.283	1.361	1.408	1.536	1.691	1.514	1.986	2.377	2.417	2.696
Receita Tributária	400	425	459	465	507	546	517	711	856	888	1.016
Receita de Contribuições	671	688	730	800	844	853	826	1.001	1.128	1.197	1.362
Demais Receitas Correntes	172	170	172	143	184	292	171	274	392	332	318
Deduções	602	608	651	681	730	785	862	924	1.124	1.184	1.311
Transf. Constitucionais e Legais	218	214	239	240	267	298	378	367	487	484	548
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	319	326	342	361	380	405	396	454	530	586	632
Outras Deduções	65	68	70	80	84	83	87	103	107	113	131
Receita Corrente Líquida (RCL)	642	675	710	727	805	906	652	1.063	1.253	1.234	1.385



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e Novas receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

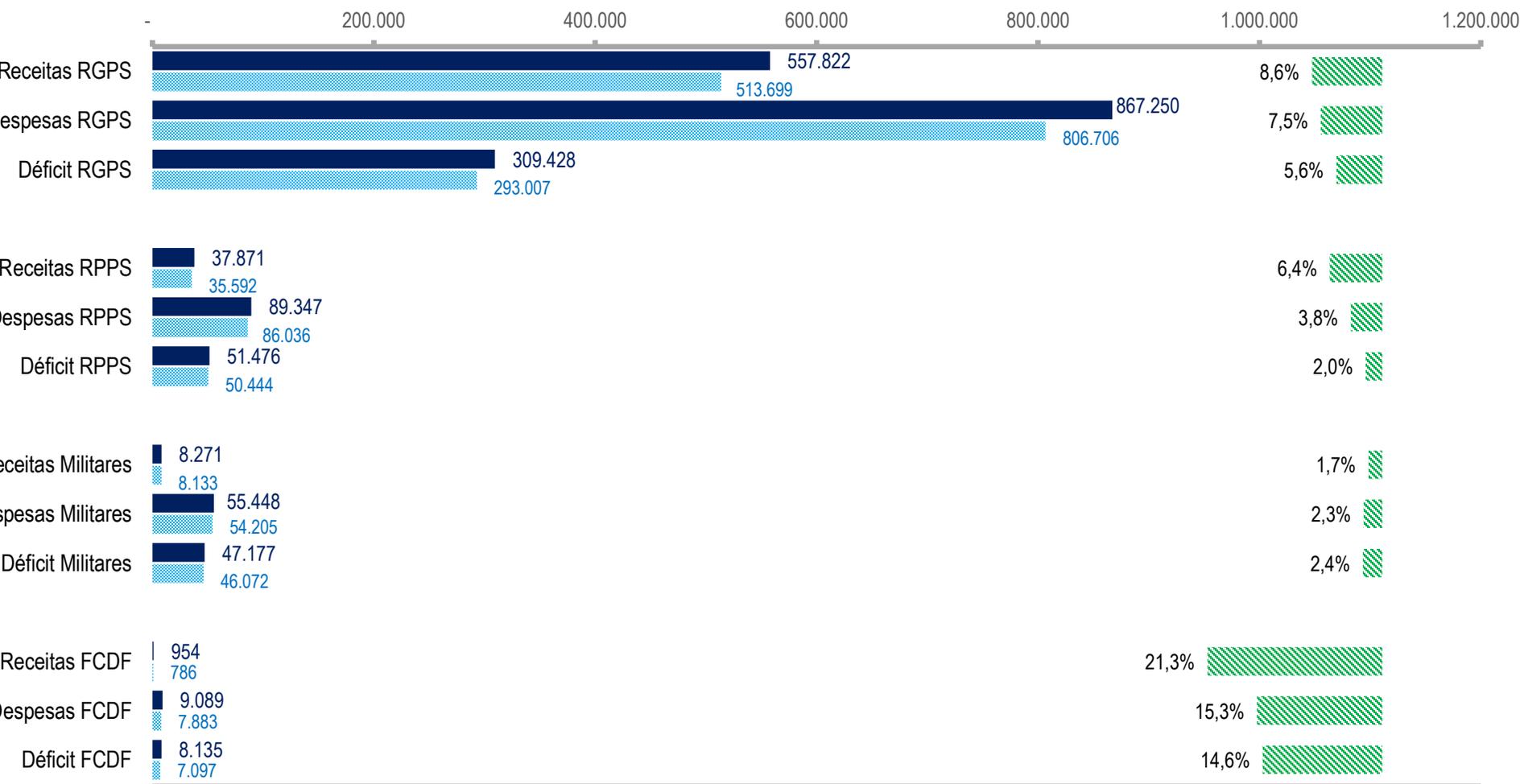
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2024, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida.

Anexo 4

Port. STN 699/2023

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - até Novembro/2024 (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2024

■ 2023

■ Variação (%)

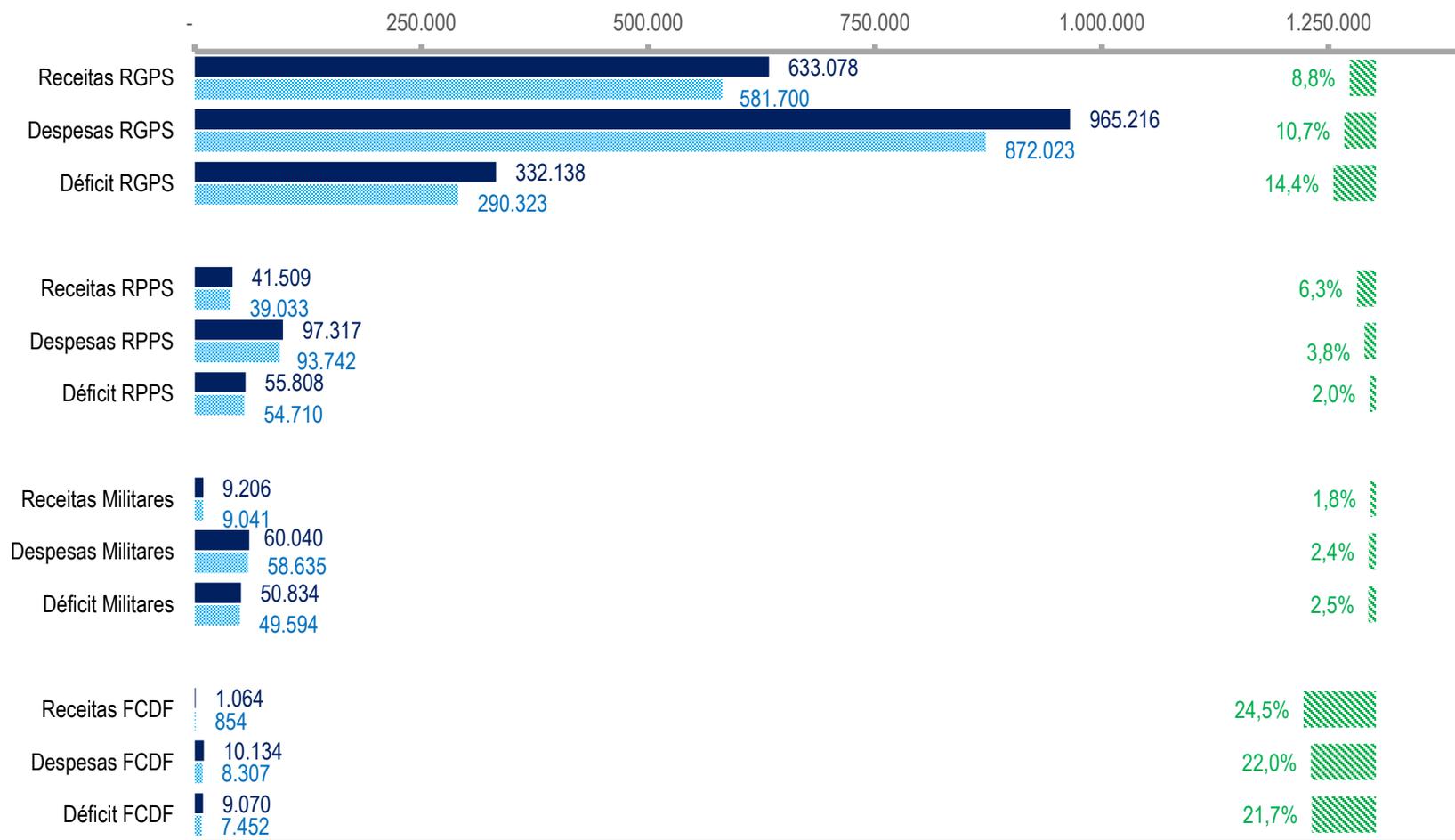
Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2024, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 4

Port. STN 699/2023

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas – Acumulado últimos 12 meses (R\$ milhões)

O gráfico abaixo resume os resultados do mês de referência somado aos onze meses anteriores, comparando com igual período do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2024 Out/2023 a Nov/2024

■ 2023 Out/2022 a Nov/2023

■ Variação (%)

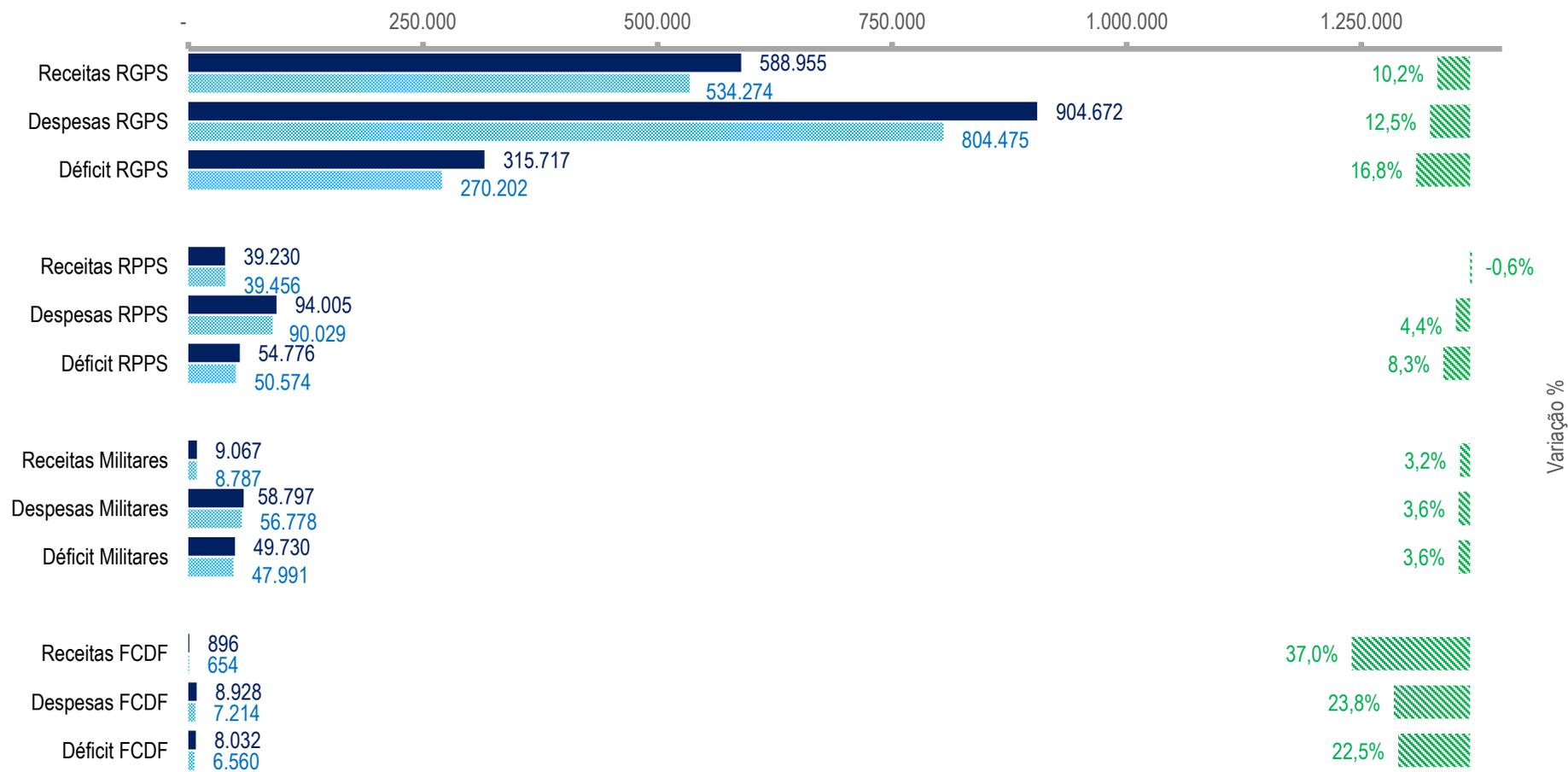
Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2024, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 4

Port. STN 699/2023

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - 2023 e 2022 (R\$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2023

■ 2022

■ % 2023/2022

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Anexo 4 – Previdência.

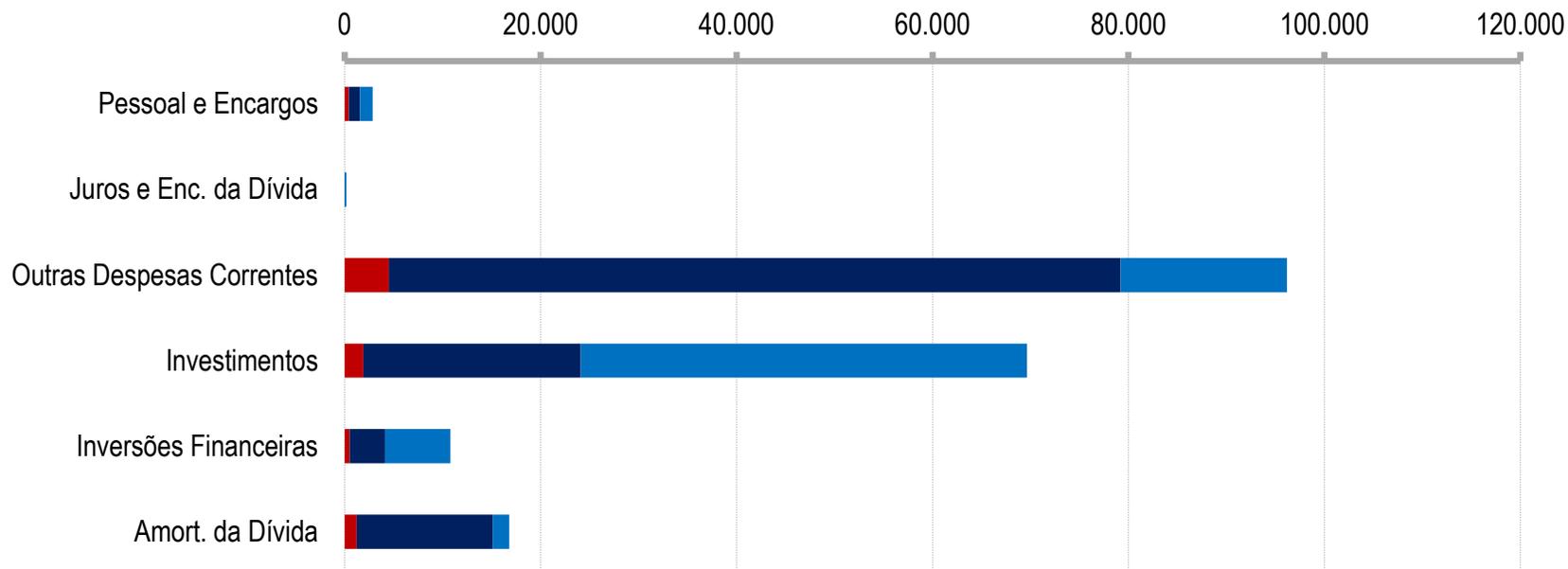
Anexo 7

Port. STN 699/2023

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Novembro/2024 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar não-Processados**, isto é, referentes a empenhos pagos e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



NÃO PROCESSADOS

	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
 Cancelado	418	-	4.502	1.881	496	1.225	8.522
 Pagos	1.146	1	74.685	22.206	3.631	13.870	115.539
 Saldo a Pagar	1.286	159	16.994	45.563	6.658	1.705	72.364
Total	2.851	160	96.180	69.650	10.785	16.801	196.425

 Cancelados
 Pagos
 Saldo a Pagar

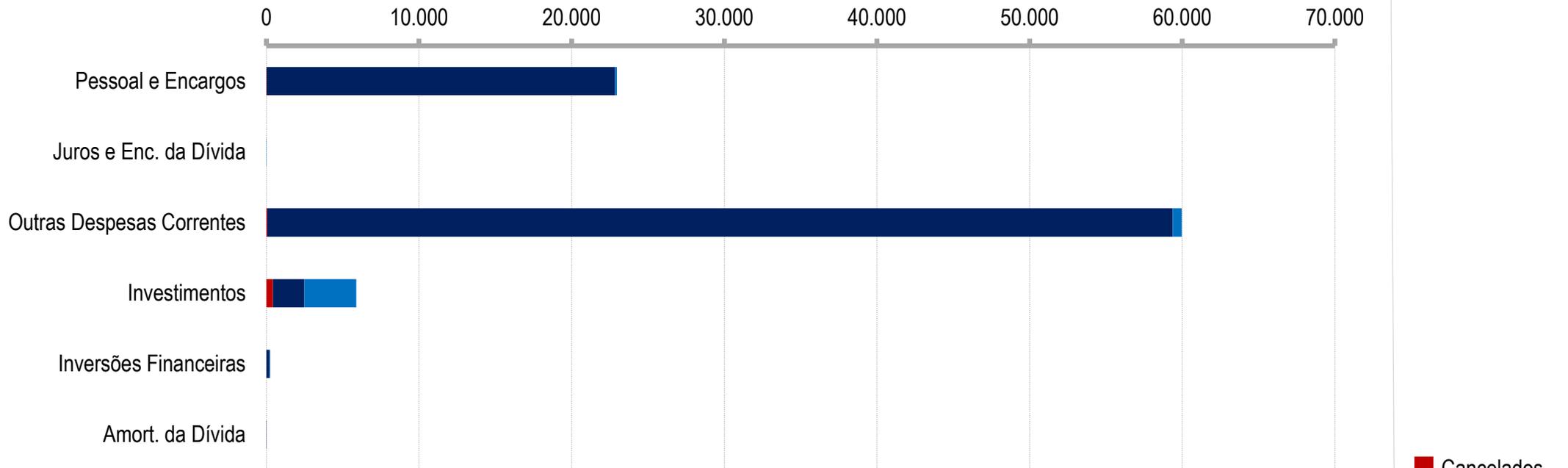
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2024, Anexo 7.

Anexo 7

Port. STN 699/2023

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa) Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Novembro/2024 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos pagos que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



	PROCESSADOS						Total
	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	
■ Cancelado	22	-	60	433	0	-	515
■ Pagos	22.810	0	59.305	2.058	194	0	84.366
■ Saldo a Pagar	118	1	595	3.390	52	-	4.157
Total	22.950	1	59.960	5.881	246	0	89.038

■ Cancelados
■ Pagos
■ Saldo a Pagar

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2024, Anexo 7.

Anexo 8

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Novembro/2024 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que a União deve aplicar em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) o valor equivalente a 18% da Receita Líquida de Impostos (Receita de Impostos deduzidas de transferências constitucionais a Estados e Municípios). Ao longo do exercício, tal verificação se faz em relação à despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados. O gráfico abaixo ilustra o valor da Receita Líquida de Impostos e a execução até Novembro de 2024.

Executado 90,4% do Mínimo



Receita Líquida de Impostos (RLI)

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

Comparação Despesas Executadas (em Novembro) X Mínimo (em Dezembro)

Limite de Educação	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	NOV/2024
Despesas Executadas com Educação	56,8	55,8	66,7	63,2	64,4	63,0	69,3	76,3	84,0	87,2	89,6
Mínimo (até o mês)*	44,2	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7	54,4	55,6	62,8	66,4	99,1
Despesa Excedente ao Mínimo	12,6	13,1	20,1	14,2	14,0	10,4	14,8	20,7	21,2	20,8	

* Na vigência da EC Nº 95, o limite mínimo com educação, a partir de 2018, será o limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo corresponde a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2024, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 8

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Novembro/2024 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Novembro/2024, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Novembro	18% RLI	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2024	99,1	89,6	90,4%
2023	85,6	79,9	93,3%
2022	83,7	69,9	83,5%
2021	69,8	62,5	89,4%
2020	49,9	56,3	112,9%
2019	53,6	53,0	99,0%
2018	49,5	55,8	112,8%
2017	44,9	53,4	118,9%
2016	44,6	55,0	123,3%
2015	42,7	51,6	120,8%
2014	40,4	46,3	114,8%
2013	38,6	39,0	101,2%
2012	36,3	39,2	108,0%
2011	34,2	28,7	83,9%

Receita Líquida de Impostos (RLI)

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2024 e anteriores, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

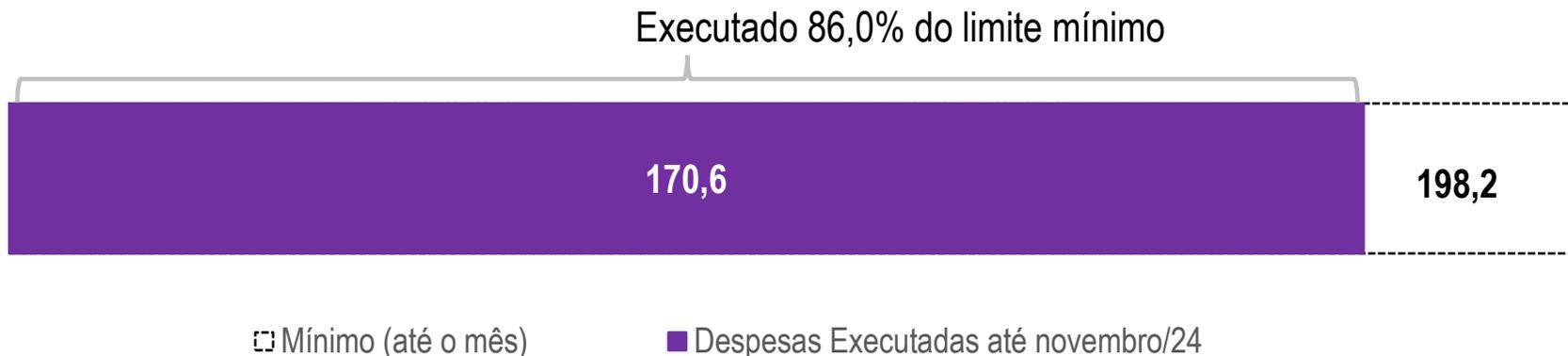
Anexo 12

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Novembro/2024 (R\$ bilhões)

A aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) no exercício, conforme a regra constitucional, deve ser de 18% do valor da Receita Corrente Líquida.



Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Comparação Despesas Executadas (em Novembro) X Mínimo (em Dezembro)

Limite de Saúde	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	NOV/2024
Despesas Executadas com Saúde	91,9	100,1	106,2	114,7	116,8	122,3	161,0	179,1	151,9	179,8	170,6
Limite Mínimo (até o mês)	91,6	98,3	95,4	109,1	112,4	117,3	121,2	127,1	139,8	147,9	198,2
Despesa Excedente ao Mínimo	0,3	1,7	10,9	5,6	4,5	5,0	39,7	52,0	12,0	31,9	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2024, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Anexo 12

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Novembro/2024 (bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Novembro/2024, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Novembro	15% da RCL	Despesas Executadas	% do Mínimo Atingido
2024	198,2	170,6	86,0%
2023	175,5	132,1	75,3%
2022	178,2	121,4	68,1%
2021	148,5	141,2	95,1%
2020	93,6	133,4	142,5%
2019	117,7	96,6	82,1%
2018	112,4	97,2	86,5%
2017	104,4	90,9	87,1%
2016	101,3	87,7	86,5%
2015	94,1	85,2	90,5%
2014	91,1	79,2	86,9%
2013	90,2	67,2	74,5%
2012	85,2	61,0	71,6%
2011	78,1	55,3	70,8%

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

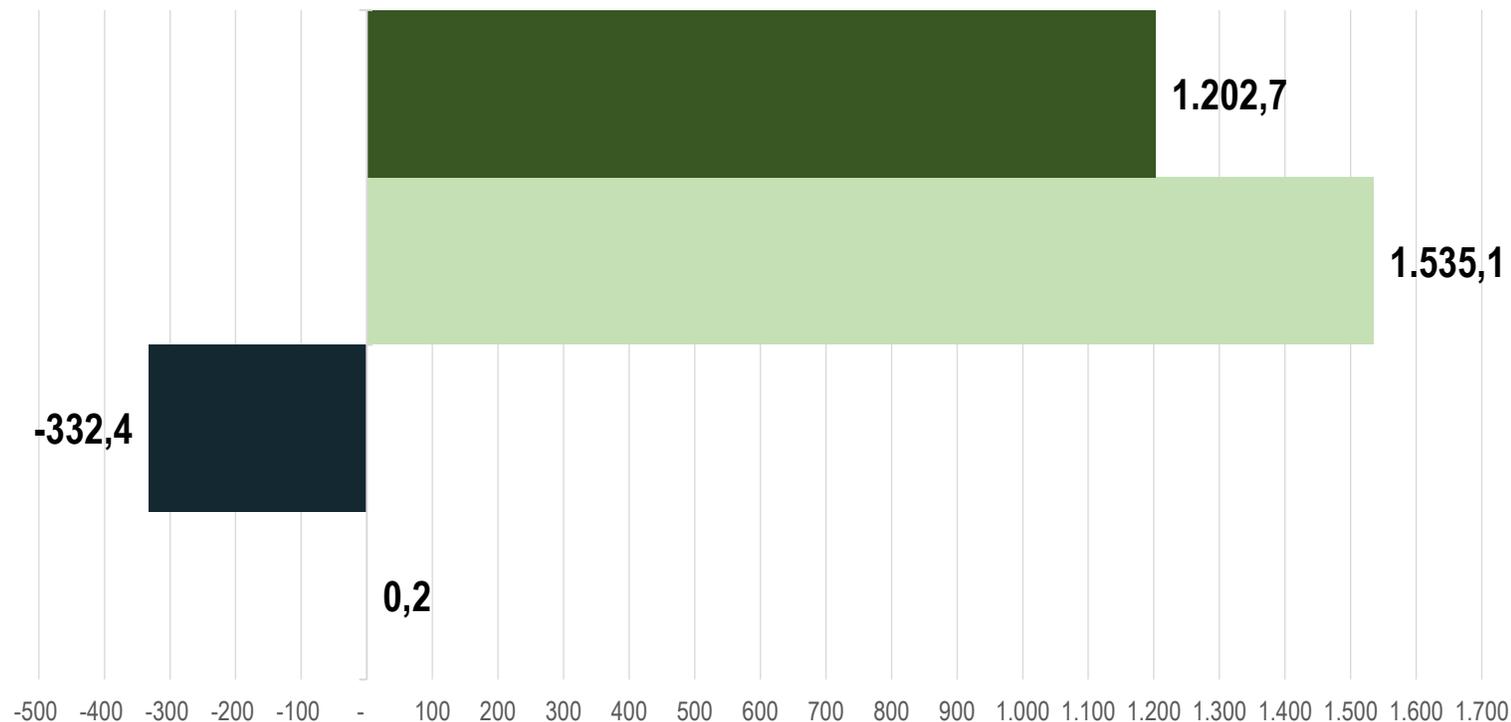
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2024 e anteriores, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e Resultado até Novembro/2024 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).



	R\$ bilhões
Receitas da Seguridade Social	1.203
Despesas da Seguridade Social	1.535
Resultado	-332
DRU	0

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2024, Tabela 1-A – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e Resultado até Novembro/2024 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Novembro de 2024, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO											
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
RGPS	267,89	295,92	304,90	315,63	332,24	343,11	362,08	350,28	400,27	466,27	513,70	557,82
RPPS - Civil e FCDF	22,57	24,55	26,39	27,41	30,77	30,32	30,43	35,57	37,42	36,60	36,38	38,82
Pensões Militares	1,94	2,14	2,43	2,61	3,00	2,11	2,25	5,89	7,55	7,88	8,13	8,27
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	220,48	235,55	241,78	287,15	238,75	259,03	260,74	332,60	425,40	491,97	498,97	597,74
Total das Receitas	512,88	558,16	575,49	632,78	604,75	634,57	655,51	724,34	870,64	1002,73	1.057,18	1.202,66
Despesas da Seguridade Social												
Despesas do RGPS	337,07	370,73	406,04	472,57	519,22	543,97	581,18	615,57	655,69	739,16	806,71	867,25
Saúde	67,19	79,16	84,57	87,65	90,91	97,21	96,63	133,41	141,17	121,38	132,11	170,56
Assistência Social	56,28	62,29	66,03	71,45	76,05	80,20	83,72	384,22	148,87	176,52	241,84	258,14
RPPS - Civil e FCDF	58,76	59,09	63,82	67,17	75,31	78,14	84,15	86,92	87,77	89,11	93,92	98,44
Seguro Desemprego	28,14	31,71	34,33	34,07	34,45	33,05	33,91	37,03	32,44	37,04	41,67	45,92
Pensionistas Militares	23,02	29,35	32,39	15,95	17,67	19,76	21,13	21,59	22,63	23,69	24,54	25,08
Abono Salarial	13,47	15,33	8,54	16,69	14,53	15,65	15,94	17,76	10,16	23,56	24,63	28,01
Demais Despesas	20,09	22,48	24,80	25,59	29,84	32,39	31,76	32,62	34,07	39,56	50,53	41,68
Total das Despesas	604,03	670,16	720,51	791,14	857,98	900,38	948,43	1.329,12	1132,80	1250,02	1.415,95	1.535,07
Resultado												
Resultado da Seguridade Social	-91,15	-111,99	-145,03	-158,35	-253,23	-265,81	-292,92	-604,78	-262,16	-222,23	-358,77	-332,41
Receitas Desvinculadas (DRU)	52,28	54,79	55,80	85,88	92,18	100,55	100,83	0,18	0,19	0,20	0,21	0,24
Resultado com Receitas Desvinculadas	-38,88	-57,21	-89,23	-72,47	-161,06	-165,26	-192,09	-604,60	-261,97	-222,05	-358,56	-332,17

Receitas da Seguridade Social

Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social

A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

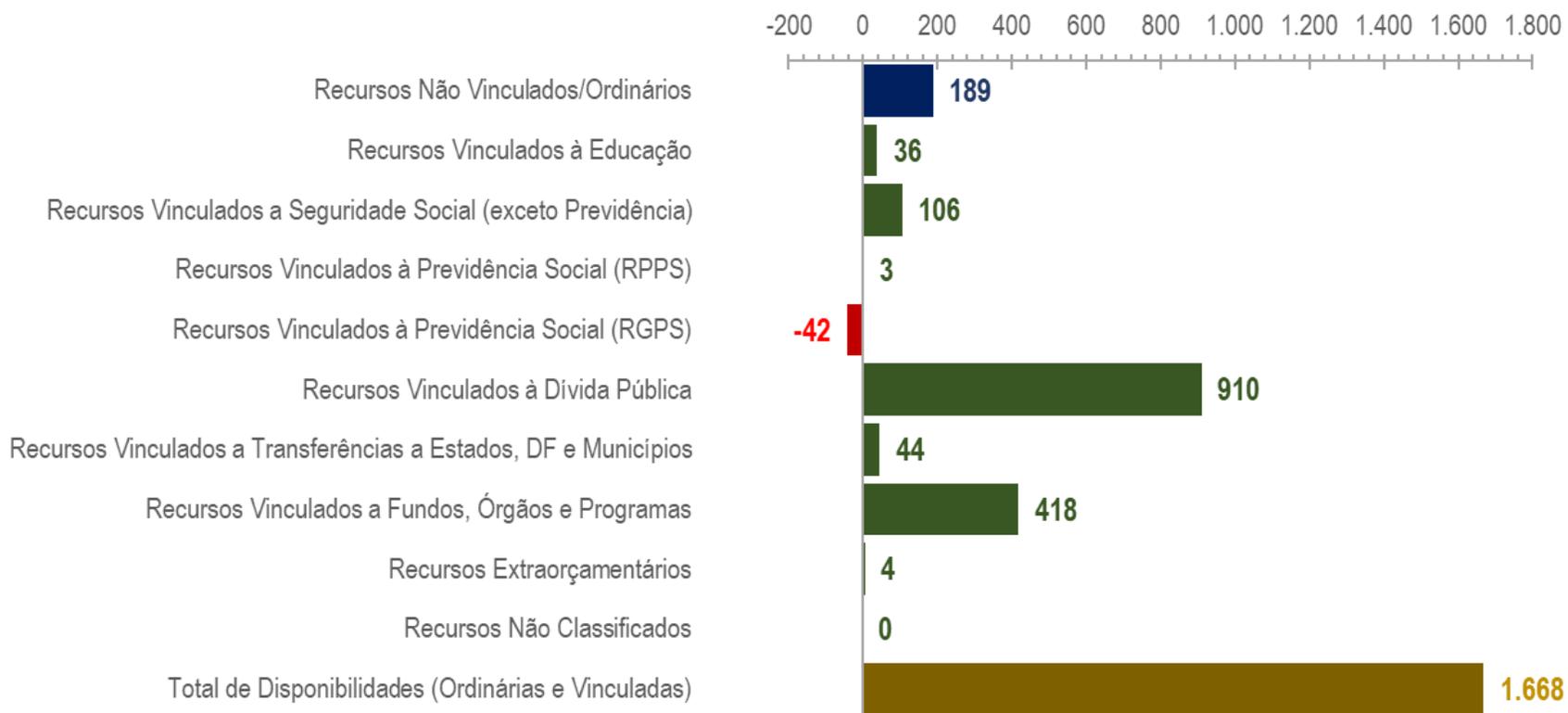
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2024 e anteriores, Tabela 1 – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Novembro/2024 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Novembro 2024, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras e das despesas inscritas em restos a pagar não-processados, para o Poder Executivo.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2024, Tabela 4 – Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo.